

RECENSÃO

“Antropologia Geral: Etnografia, Etnologia e Antropologia Social”, por Armindo dos Santos, Lisboa, Universidade Aberta, nº 259, 2003

“Antropologia Geral: Etnografia, Etnologia, Antropologia Social” é o título do livro de Armindo dos Santos, recentemente publicado pelas edições da Universidade Aberta com o nº 259. Autor de “Heranças – Estrutura Agrária e Sistema de Parentesco numa Aldeia da Beira Baixa” (ed. Dom Quixote, col. Portugal de Perto nº 25, Lisboa, 1992), o antropólogo que se tem debruçado sobre esta problemática na cultura portuguesa (sobre a qual publicou uma dezena notável de artigos em revistas da especialidade), traz à luz, desta vez, um trabalho que, desde logo, se destaca pelo facto de ser a mais aprofundada obra do género de origem portuguesa, com o objectivo de explicitar junto de um vasto público, iniciado e especializado, o conhecimento da Antropologia na sua qualidade de “*ciência do tradicional e do inovador*”, numa perspectiva essencial ao estudo e compreensão das sociedades dos nossos dias.

Apresentada segundo uma ordenação cognitivamente transparente, o autor procede: 1º) à contextualização da antropologia social e cultural no quadro das ciências sociais; 2º) à definição dos seus campos de estudo; 3º) à apresentação da problemática do projecto e da construção da antropologia social como fundamento do seu papel de ciência abrangente quer do tradicional quer da modernidade; 4º) à exposição do método antropológico; 5º) à descrição das teorias e escolas antropológicas (relevando o papel dos fundadores da etnografia – F. Boas e B. Malinowski – e da sociologia francesa – E. Durkheim e M. Mauss). Em seguida, o autor explora sistematicamente dois eixos de análise privilegiados pela Antropologia Social e Cultural: parentesco (das nomenclaturas às alianças matrimoniais, da descendência à filiação, do regime de residência à família e à transmissão patrimonial) e antropologia política. Este trabalho é concluído com uma exposição sobre morfologias socio-espaciais – originalmente ilustradas com a apresentação de dois estudos de terreno realizados, respectivamente, por M. Mauss sobre uma sociedade *exótica* – esquimó – e J. Brian O’Neill sobre uma sociedade *européia* – portuguesa.

Fundamental para a compreensão da dinâmica socio-cultural das sociedades contemporâneas, este livro assinala, no panorama editorial e académico nacional, a exposição crítica do cientista português sobre o conhecimento antropológico parcamente divulgado em Portugal designadamente no plano do reconhecimento socio-político do valor representado pelos seus estudos científicos. Na realidade, actualmente, as problemáticas imanentes e recorrentes das sociedades europeias, africanas, asiáticas, americanas e australianas mediatizaram-se em facetas que o público reconhece e cuja diversidade conduz a uma dúvida representação do *real*, resultante de uma crescente informação deficitariamente assimilada por uma opinião pública destituída do grau de formação necessário à sua interpretação crítica. A questão reside, mais do que

nas causas aparentes, na ausência de critérios analíticos capazes de, estruturalmente, permitirem o estudo comparado que facilitará o entendimento desta diversidade, justificando-a e integrando-a no contexto mais vasto dos procedimentos inerentes à acção humana. Neste sentido, a antropologia emerge como ciência privilegiada no que respeita à explicação da articulação entre o tradicional e o novo constituindo-se como conhecimento indispensável ao poder, em termos de enquadramento das posturas que subjazem às atitudes de técnicos e políticos para coordenarem, visionarem e/ou executarem o planeamento dos diagnósticos sociais sem os quais toda a intervenção tende a esboar-se por ineficácia e repetição.

Cabe aqui a referência à importância do método antropológico que Armindo dos Santos tão incisivamente apresenta, uma vez que, em Portugal, se associa excessivamente a prática científica a uma intervenção social assente em métodos quantitativos que descrevem ou destacam mas não explicam os factos sociais – o que concorre para a insatisfatória eficácia dos instrumentos utilizados na compreensão dos problemas sociais que caracterizam e condicionam a dinâmica dos processos de mudança. Por isso, na verdade, segundo as palavras do autor: “(...) *mais do que um simples manual dirigido a estudantes de antropologia (...)*” (pg. 11) este livro visa um público que integre “(...) *sociólogos, historiadores, juristas, geógrafos, políticos, etc. (...)*” (idem) não só porque a relação entre antropologia, história, biologia, psicologia, arqueologia, linguística e geografia é, nesta obra, articulada de forma ponderada e útil como, também, pelo facto de o número de exemplos apresentados para ilustrar, no caso português as situações expostas, ser suficiente e paradigmático.

Com o mérito de definir sem ambiguidades o campo de estudo da antropologia social, refiram-se as palavras de Armindo dos Santos sobre o papel da especialização científica: “(...) *a interdisciplinaridade não deve ser uma panaceia para a ausência de especialização (conducente à profunda compreensão dos fenómenos), a única que permite aceder, graças à minúcia e à concentração da atenção, à compreensão de fenómenos mais profundos. (...)*” (pg. 36) em que assenta a competência do antropólogo que, como cientista, desempenha, epistemologicamente, uma função insubstituível que resulta da especificidade do seu método: “(...) *Deve insistir-se neste importante aspecto, reafirmando que a experiência pessoal de terreno não é, nem pode ser redutível a um simples ponto de vista sobre a realidade observada; mas que ela corresponde decisivamente aos fundamentos sobre os quais repousa a metodologia antropológica. Assim, a experiência de terreno corresponde fundamentalmente à mediação entre o real, o observado e o descrito, na prática do antropólogo e, quase inevitavelmente, na perspectiva da sua sociedade de origem. (...)*” (pg.26). Efectivamente, na medida em que a ciência antropológica “(...) *estuda os fenómenos sociais das sociedades contemporâneas sob todas as latitudes e estados de desenvolvimento, apoiada numa metodologia de terreno que a distingue de outras ciências sociais, designadamente da sociologia. (...)*” (pg. 28), a utilidade da sua relação com as outras ciências deve perspectivar a interdisciplinaridade enquanto: “(...) *metodologicamente desejável como passo de convergência científica e passo potencial de síntese dos diferentes saberes, sem o qual não existiria real generalização e possibilidade de universalização dos conhecimentos. Mas este andamento deverá reflectir-se imediatamente num novo esforço de especialização e assim de seguida. Naturalmente, o conhecimento não tem limites, aos quais não pretendem chegar obviamente nem a especialização nem a interdisciplinaridade. Fechado este parêntese, o que acaba de ser dito pretende unicamente chamar a atenção para as limitações actuais da interdisciplinaridade, que de modo algum constitui, por enquanto, um campo*

de conhecimento em si, assim como para o excesso de especialização que impede uma visão alargada dos problemas. (...) (pg. 36).

Constituindo-se como um dos livros com algumas das páginas mais esclarecedoras escritas em português sobre a antropologia, a pertinência do seu objecto de estudo encontra-se reflectida nas palavras do autor: “(...) *As sociedades humanas contemporâneas são múltiplas, de grandes e pequenas dimensões, existindo nas mais variadas condições geográficas (do deserto árido à floresta densa, passando pelas regiões geladas, encontram-se seres humanos naturalmente organizados socialmente), segundo os tipos mais originais de organização social e infinitas formas culturais. Sociedades, muitas delas em locais dos mais recônditos do planeta mas perfeitamente viáveis nos seus modelos actuais, sobretudo se em numerosos casos (para não dizer em quase todos) forças exógenas adversas não intervissem e causassem desequilíbrios de toda a ordem, conduzindo à sua miséria material e destruição cultural, quando não a autênticos etnocídios como, por exemplo, em muitas situações da floresta amazónica. (...)*” (pg. 22).

Corroborando o interesse da leitura desta obra a própria estrutura didáctica das edições da Universidade Aberta que impõe para cada conteúdo programático a apresentação de um sumário, dos respectivos objectivos de aprendizagem e de uma resenha bibliográfica que facilita a clareza sequencial da exposição e viabiliza uma apreensão útil e eficaz dos ensinamentos transmitidos. Acresce a esta organização pedagogicamente orientada a linguagem exacta de um autor que utiliza criteriosamente as palavras, contribuindo pelo seu rigor discursivo para a construção de raciocínios ajustados ao sentido do que se propõe apresentar e para o despertar do criticismo sustentado de que reconhecidamente carece a sociedade portuguesa.

Ana Paula Fitas

*Docente no Instituto Superior
de Serviço Social de Beja*